



TRABALHO 4

ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE O DESCARTE DE MEDICAMENTOS ENTRE PROFISSIONAIS E USUÁRIOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM CEILÂNDIA, DISTRITO FEDERAL

Danielle Cristina Sá de Paiva

Gabriel Alvino Martins

Dayani Galato

Izabel Cristina Rodrigues da Silva

Micheline Marie Milward de Azevedo Meiners

Vanessa Resende Nogueira Cruvinel

RESUMO: O descarte inadequado de medicamentos representa risco à saúde pública e ao meio ambiente, sendo um desafio para os serviços de atenção primária. Este estudo analisou o acesso à informação sobre o descarte de resíduos da saúde entre profissionais e usuários da atenção primária em Unidades Básicas de Saúde de Ceilândia, Distrito Federal. Trata-se de um estudo transversal de abordagem quantitativa realizada com 758 usuários e 200 profissionais. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas presencialmente. Apenas 69,5% dos profissionais e 35,0% dos usuários afirmaram ter recebido informações sobre o descarte. A UBS foi a principal fonte de informação mencionada. Os achados apontam para a necessidade de fortalecer ações educativas e ampliar os meios de comunicação sobre o descarte correto de medicamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Descarte de medicamentos; Resíduos de saúde; Atenção primária; Educação em saúde; Informação em saúde.

INTRODUÇÃO

O descarte adequado de medicamentos é um tema de grande relevância para a saúde pública e para a preservação ambiental. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, preconiza a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos resíduos sólidos da saúde, incluindo a logística reversa, que estabelece a obrigatoriedade de retorno dos medicamentos descartados à sistemas de coleta apropriados [1].

Nos últimos dez anos, o aumento na comercialização de medicamentos tem contribuído para ampliar o acesso da população a medicamentos. Entretanto, o descarte adequado dos resíduos gerados ainda recebe pouca atenção, o que pode resultar em impactos negativos tanto para o meio ambiente quanto para a saúde humana [2]. De acordo com dados do Conselho Federal de Farmácia (CFF), aproximadamente 14 mil toneladas de medicamentos vencem anualmente sem terem sido consumidos. Uma parcela significativa desse volume é descartada de maneira incorreta, sem seguir as orientações adequadas de descarte [3].

Diante desse cenário, o acesso à informação sobre o descarte correto de medicamentos torna-se um elemento fundamental para a promoção de práticas seguras e sustentáveis. Tanto usuários quanto profissionais da atenção primária desempenham papéis importantes nesse processo, seja como agentes de orientação, seja como responsáveis pelo descarte correto dos medicamentos. Compreender como essas informações são disseminadas no contexto dos serviços de saúde é essencial para subsidiar políticas públicas mais eficazes e estratégias educativas direcionadas.

OBJETIVO

O presente estudo tem como objetivo analisar o acesso à informação sobre o descarte de medicamentos entre profissionais e usuários da atenção primária, com ênfase na identificação das fontes de informação mencionadas pelos participantes e na comparação entre os dois grupos.

METODOLOGIA

Este é um estudo de abordagem quantitativa. A coleta de dados se dará por meio de um questionário semiestruturado anteriormente validado. As entrevistas foram realizadas em Unidades Básicas de Saúde (UBS) da Região Administrativa de Ceilândia, no Distrito Federal entre os meses janeiro e junho do ano de 2025.

O público-alvo do estudo foi composto por usuários e profissionais da atenção primária à saúde da Região Administrativa da Ceilândia, região mais populosa do Distrito Federal. Para os usuários, os critérios de inclusão foram: ter idade igual ou superior a 18 anos e estar disponível no dia e horário agendado para a entrevista presencial. Quanto aos profissionais de saúde, os critérios de inclusão foram: ter 18 anos ou mais, ser servidor da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e atuar em alguma das UBS sorteadas para a pesquisa. O critério de exclusão aplicado a ambos os grupos foi a desistência de responder à entrevista durante sua realização.

Para a definição da amostra de UBS considerou-se que há 18 Unidades Básicas de Saúde na Ceilândia - DF. Foram sorteadas 4 unidades para participar do estudo, sendo uma de cada região da Ceilândia (Norte, Sul, Leste e Oeste). Para a estimativa do número de usuários, considerou-se que cerca de 5.400 pessoas são atendidas diariamente na atenção primária da Ceilândia - DF e 952 profissionais de saúde atuam neste nível de atenção. Considerando o nível de confiança de 95% e frequência esperada de 50%, 359 usuários e 274 profissionais deveriam participar do estudo.

As entrevistas foram aplicadas por membros da equipe do projeto, os quais passaram por treinamento e calibração prévios, a fim de assegurar a padronização na coleta dos dados.

Os dados quantitativos foram analisados com o auxílio do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciência e Tecnologia em Saúde (FTCTS) da Universidade de Brasília, sob o parecer nº 6.700.765, e a participação dos entrevistados ocorreu mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da etapa quantitativa do estudo 200 profissionais de saúde (73% da amostra mínima) e 758 usuários e da atenção primária à saúde atingindo mais de duas vezes o valor mínimo da amostra (Tabela 1).

Tabela 1: Acesso à informação do descarte de medicamentos por parte dos profissionais e usuários da Unidade Básica de Saúde

		Público				P
		Usuários		Profissionais		
		N	%	N	%	
Já teve informação	Sim	265	35,0%	139	69,5%	<0,001*
	Não	493	65,0%	61	30,5%	

*. A estatística qui-quadrado é significativa no nível ,05.

Fonte: Autoria própria.

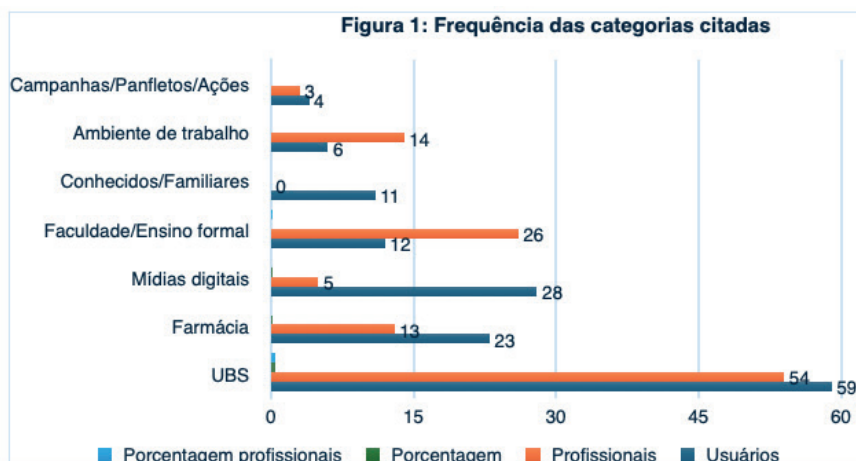
Entre os participantes, 139 (69,5%) dos profissionais e 265 (35,0%) usuários declararam já ter recebido alguma informação sobre o descarte de medicamentos. A associação entre o tipo de público e o recebimento de informação foi testada por meio do teste qui-quadrado de Pearson, cujo resultado foi estatisticamente significativo ($\chi^2 = 77,412$; gl = 1; $p < 0,001$).

Por meio da codificação e categorização das unidades de registro, emergiram seis categorias temáticas, representando diferentes contextos e fontes de aprendizado relatados pelos participantes.

- I **Unidade Básica de Saúde (UBS):** Esta categoria representa os profissionais que indicaram a UBS como principal local onde receberam informações sobre o descarte de medicamentos. Trata-se do espaço mais frequentemente citado. Os códigos identificados incluem: “UBS”, “Unidade Básica de Saúde”, “posto de saúde” e “na UBS”.
- I **Faculdade / Ensino formal:** Essa categoria refere-se às respostas que apontam a formação acadêmica como fonte de informação sobre o descarte de medicamentos. Foram registradas mais de vinte ocorrências, incluindo menções a cursos técnicos, de graduação e projetos universitários. Os códigos associados são: “faculdade”, “curso técnico”, “projeto da faculdade” e “curso”.
- I **Ambiente de trabalho:** Inclui os relatos que mencionam o exercício profissional como momento de aprendizado sobre o descarte, fora dos contextos formais de ensino. Os códigos compreendem: “trabalho”, “ambiente hospitalar” e “Secretaria de Saúde”.
- I **Farmácia:** Nesta categoria foram agrupadas as respostas que indicam a farmácia como local de orientação sobre o descarte adequado de medicamentos. O código incluído é: “farmácia”.

- I **Mídias digitais e tradicionais:** Reúne os profissionais que declararam ter recebido informações por meio de canais de comunicação, como internet, redes sociais e televisão. Os códigos identificados são: “internet”, “rede social” e “TV”.
- I **Campanhas e ações coletivas:** Esta categoria inclui as respostas que citam campanhas institucionais ou comunitárias como fontes de informação. Os códigos utilizados foram: “campanha” e “pontos de coleta”.
- I **Conhecidos/Familiares:** Essa categoria abrange conhecimento transmitido por pessoas próximas, como familiares, amigos ou profissionais de saúde. Destaca o papel da rede interpessoal na comunicação de práticas corretas. Os códigos utilizados foram: “filha”, “esposa”, “irmão”, “familiares”, “amigos”, “colega”, “alguém comentou” e “diálogos casuais”.

Figura 1: Frequência das categorias citadas pelos profissionais da saúde e usuários da atenção primária.



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados evidenciam uma discrepância significativa no acesso à informação sobre o descarte de medicamentos entre os dois grupos. Essa diferença estatisticamente significativa indica que, embora os profissionais de saúde estejam mais expostos a informações técnicas e institucionais, ainda há uma lacuna expressiva na disseminação desse conhecimento à população usuária da atenção primária. A análise descritiva complementa esse achado ao revelar que a Unidade Básica de Saúde (UBS) é o principal espaço de aprendizado para os profissionais, seguida por contextos formais de ensino, ambientes de trabalho e, em menor escala, mídias e campanhas coletivas. A baixa menção a canais de comunicação por parte dos usuários sugere que estratégias informativas mais acessíveis e diversificadas precisam ser fortalecidas.

Os resultados deste estudo mostram uma porcentagem ligeiramente maior de participantes que receberam informações sobre o descarte de medicamentos, em comparação a outro estudo também realizado no Distrito Federal. Enquanto nosso levantamento identificou que 65% dos usuários relataram **não** ter recebido orientação sobre o tema, Ramos et al. observaram que 80,7% dos participantes nunca haviam recebido esse tipo de informação [4]. Essa diferença pode estar relacionada ao fato de nossa pesquisa ter sido conduzida diretamente com usuários da atenção primária, no ambiente das Unidades Básicas de Saúde (UBS), o que pode ter favorecido um maior acesso à informação. No entanto, ressalta-se que a maioria dos usuários ainda não foi adequadamente informada sobre o descarte correto de medicamentos, evidenciando uma importante lacuna a ser enfrentada por meio de políticas públicas e estratégias de educação em saúde.

CONCLUSÃO

O presente estudo mostrou que o acesso à informação sobre o descarte de resíduos da saúde entre profissionais e usuários da atenção primária é bem limitado. Os resultados quantitativos evidenciaram uma diferença significativa entre os dois grupos. Essa diferença já era esperada, considerando que os profissionais de saúde, devido à formação acadêmica e à prática profissional na área, tendem a ter maior acesso e conhecimento sobre o tema. No entanto, ressalta-se que a maioria desses profissionais indicou a UBS – seu próprio ambiente de trabalho – como principal fonte de informação, e não o espaço de formação acadêmica, o que pode apontar para lacunas no ensino formal relacionadas ao descarte adequado de medicamentos.

Observou-se que apenas 35,0% dos usuários relataram ter recebido informações sobre o descarte correto de medicamentos, evidenciando um número reduzido de indivíduos alcançados por essas orientações. Além disso, constatou-se uma escassez de meios informativos diversificados, com predominância da Unidade Básica de Saúde (UBS) como principal canal de comunicação. Outras fontes, como mídias, campanhas públicas, farmácias e instituições de ensino, foram mencionadas de forma esporádica, o que revela fragilidades na estratégia de comunicação voltada à população. Esses achados indicam que, embora as UBS exerçam um papel central na disseminação de informações sobre o descarte de medicamentos, o alcance dessa comunicação ainda é limitado, especialmente entre os usuários dos serviços.

As implicações deste estudo reforçam a importância de integrar a temática do descarte de resíduos da saúde às rotinas educativas e assistenciais das UBS, bem como ampliar a utilização de canais de comunicação comunitária e digital para atingir um público mais amplo. Investir na capacitação de profissionais, na produção de materiais educativos acessíveis e na articulação de ações intersetoriais pode contribuir significativamente para a redução dos impactos ambientais e sanitários decorrentes do descarte inadequado de medicamentos.

REFERÊNCIAS

- [1] Brasil. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União. 2010 ago 3;seção 1.
- [2] Constantino VM, Bezerra ACF, Miranda ES, Silveira CC, Nascimento AM. Estoque e descarte de medicamentos no domicílio: uma revisão sistemática. Cien Saude Colet. 2020;25(2):585–94.
- [3] Conselho Federal de Farmácia. Descarte de medicamentos pode ter logística reversa obrigatória [Internet]. Brasília: CFF; 2019 [citado 2025 jul 28]. Disponível em: <https://crf-rj.org.br/noticias/3647-descarte-de-medicamentos-pode-ter-logistica-reversa-obrigatoria.html>.
- [4] Ramos HMP, Cruvinel VRP, Meiners MMMA, Queiroz CA, Galato D. Descarte de medicamentos: uma reflexão sobre os possíveis riscos sanitários e ambientais. *Ambiente & Sociedade*. 2017;20(4):149-74. doi:10.1590/1809-4422asoc0295r1v2042017.